

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Aquisição de materiais esportivos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes.

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais esportivos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes.

O objeto desta aquisição é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A aquisição a serem adquiridas foram parceladas, na forma do artigo 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

**JUSTIFICATIVA:**

A aquisição do material será para atender as competições e os eventos esportivos realizados pelo Departamento de Esportes, apoiados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, assim como os treinos oferecidos as crianças e adolescentes do Município. Além de da utilização do material na realização de vários eventos e ações esportivas no decorrer do ano, oferecendo assim condições melhores para o treinamento dos alunos, com maior desempenho.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Estima-se a aquisição de materiais esportivos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, conforme Documento de Oficialização de Demanda.

**CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**SUBCONTRATAÇÃO:**

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

**DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**DA AQUISIÇÃO:**

Por item. Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

**ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:**

Uma vez requisitado pelo Departamento de Compras, os materiais deverão ser entregues e descarregados, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias**, contados da data do pedido, por conta da **DETENTORA**, sem qualquer acréscimo ou ônus à **ADMINISTRAÇÃO, no Almoxarifado da Prefeitura, localizada na Rua 21 de Abril, nº 334, Centro, Taiuva - SP.**

Com relação aos uniformes/coletes (vestuário), deverão ser entregues e descarregados, **no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias**, contados da data do pedido, por conta da **DETENTORA.**

Em cada fornecimento serão observados os preços da Ata de Registro de Preços e as condições constantes nas especificações, neste termo e no edital que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

Os itens em desacordo com o disposto na proposta devem ser substituídos pela **DETENTORA**, sem ônus a **ADMINISTRAÇÃO** e sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

O horário de entrega será das **7h às 11h e das 13h às 16h** de segunda a sexta.

O descumprimento, injustificado, de entrega parcial ou total dos materiais/produtos pedido, no prazo determinado, acarretará em sanções.

As justificativas pela inadimplência serão levantadas à veracidade e juízo de plausibilidade e aceitação administrativa.

O prazo de validade dos materiais e dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados de cada entrega do respectivo item.

O Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

As entregas fora dos dias e horários do expediente municipal poderá caracterizar o descumprimento da entrega em face da ausência de servidor municipal competente ao recebimento.

A entrega dos itens só estará caracterizada mediante o recebimento do objeto.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os objetos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal eletrônica correspondente.

#### **CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:**

Caso haja necessidade de cancelamento, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

#### **GESTÃO DO CONTRATO/ARP:**

O Gestor do contrato será o Diretor de Esportes, o Sr. Paulo Cesar Mambelli e a Supervisora de Serviços de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Sra. Carla Luíza Borçonaro Uekane, os quais irão atestar o recebimento e procederá à verificação da entrega e dará aceitação do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A execução do contrato/ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.

O fiscal servidor designado procederá à conferência do objeto contratado durante a vigência deste.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

Tendo em vista que os materiais serão utilizados no decorrer do ano, o contrato/ARP deverá ter vigência de 12 (doze) meses.

**ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

No ato de assinatura do contrato, a empresa vencedora da licitação deverá designar os responsáveis por atender as demandas solicitadas pelo contratante e para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas relacionadas ao planejamento, coordenação e execução.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente após ciência do contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

**PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:**

O pagamento do preço ajustado será efetuado, por depósito bancário na conta da **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do relatório de execução dos serviços, que será apresentado com a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura e aprovação da gestora do contrato.

Na nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

**FORMA DE PAGAMENTO:**

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

**FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor unitário, observadas as exigências deste termo de referência.

**EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual, tanto dos Débitos Inscritos quanto os Débitos ainda Não Inscritos, na Dívida Ativa do Estado.

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social.

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Registro ou inscrição na entidade profissional competente (Junta Comercial).

**HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Escrituração digital ECD-SPED, nos casos especificados em edital.

A Capacidade Financeira representada pelo Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais comprovada por índices definidos no edital.

**AO MENOS A SEGUINTE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR:**

Declaração dos Requisitos de Habilitação.

Declaração de Idoneidade.

Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

**CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor unitário, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais;

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura;

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante;

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada;

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global por item.

**DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:**

Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.

Garantir a boa qualidade do objeto fornecido.

Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.

Seguir todas as normas de segurança do trabalho, como o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelo fornecimento.

Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos, quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado.

Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.

Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso, que se refiram à Administração Pública ou qualquer outra que, pela sua natureza, não devam ser divulgadas.

Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá a análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil.

Responder civil ou criminalmente, por eventuais danos causados, por sua culpa ou dolo, por seus prestadores de serviços ao contratante ou a terceiros, devendo indenizar todos os prejuízos ocasionados.

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, facultando-se à contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.

Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.

#### **DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:**

Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto.

Indicar os servidores que serão responsáveis por acompanhar a prestação dos serviços.

Licenciar o evento, em âmbito municipal e estadual, incluindo as normativas do Corpo de Bombeiros, dentre outras exigidas por leis, se for o caso, em conformidade com a documentação apresentada pela contratada.

Notificar a contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato.

Tomar as providências administrativas cabíveis, no caso da empresa vencedora da licitação não cumprir as exigências previstas neste Termo de Referência e seus Anexos.

Preparar e instruir para pagamento, as faturas apresentadas e remetê-las a tempo ao setor competente.

Efetuar o pagamento, com as devidas retenções legais, após a prestação do serviço.

Atualizar monetariamente, ao dia, no caso de atraso no pagamento.

#### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções

Administrativas:

Advertência;

Multa;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.